

HABEAS CORPUS Nº 437.220 - ES (2018/0034519-0)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PACIENTE : ANDERSON SEIXAS VILELA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio impetrado em favor de **ANDERSON SEIXAS VILELA**, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo.

O Juízo da Vara Criminal de Vila Velha (ES), nos autos do Processo de Execução n. 222.2007.15123, deferiu o pedido de indulto ao paciente, com fundamento no art. 1º, I, do Decreto Presidencial n. 6.706/2008.

Irresignado, o Ministério Público estadual interpôs agravo em execução no Tribunal de origem, que lhe deu provimento nos termos da seguinte ementa:

"EXECUÇÃO PENAL. AGRAVO EM EXECUÇÃO. INDULTO. UNIFICAÇÃO DAS PENAS. REQUISITO NÃO PREVISTO NO DECRETO. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE. AGRÁVO PROVIDO. 1. Consoante o art. 7º do Decreto, presidencial nº 6.706/2008, as penas correspondentes a infrações diversas devem somar-se para efeito do indulto e da comutação. 2. Viola o princípio da legalidade a decisão que condicione a concessão do indulto ao cumprimento de requisito não contido no Decreto Presidencial nº 6.706/2008." (e-STJ, fl. 11.)

Neste *writ*, a Defensoria Pública do Estado do Espírito Santo sustenta que há constrangimento ilegal a ser reparado, porque a unificação das penas ocorreu somente em 16/9/2009, "ou seja, quase um ano após a publicação do decreto de indulto em questão" e "não se pode pretender a aplicação de efeitos retroativos da decisão de unificação para afastar um direito subjetivo que há havia sido concedido pelo Chefe do Poder Executivo ao apenado, sendo o ato judicial que o reconhece meramente declaratório."

Requer a concessão da ordem "para anular o acórdão, restabelecendo, diante da patente ilegalidade, a decisão do magistrado piso que concedeu o benefício do indulto relativo à GE n. 82242, observadas as demais formalidades legais."

O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do *writ* (e-STJ, fls. 20-24).

É o relatório.

Decido.

Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe *habeas corpus* substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado a justificar a concessão da ordem de ofício.

No caso dos autos, o Juízo singular deferiu o pleito do paciente nos

seguintes termos:

“I) Do Indulto com base nos Decretos Presidenciais nº. 6.706/2008, com relação a GE n. 82242: [...]

O Reeducando foi condenado na referida guia à pena de 08 anos de reclusão. Para fazer jus ao benefício, o reeducando deveria cumprir 1/3 de sua pena, ou seja, 02 anos e 08 meses.

Total cumprido até 25/12/2008: 02 anos, 3 meses e sete dias.

Tendo em vista que a GE 107700 foi expedida em 10/07/2009, isto é, em data posterior a publicação do Decreto 2008, torna-se prejudicada a unificação das referidas guias para concessão do benefício.

Analizando os autos, constatou-se que estão satisfeitos os requisitos exigidos pelo supracitado dispositivo legal, fazendo o apenado jus à concessão do Indulto com base no Decreto n. 6.706/2008.

Em face do exposto, Concedo o benefício do Indulto, com, fulcro no artigo 1º, inciso I, do Decreto n. 6.706/2008, [...].” (e-STJ, fl. 6.)

Ao analisar a matéria, o Tribunal de origem deu provimento ao agravo ministerial para determinar que o Juízo singular procedesse à unificação das guias existentes em desfavor do paciente e, somente em seguida, analisasse a possibilidade de concessão do benefício em acórdão assim fundamentado:

"Conforme o relatado, insurge-se o recorrente em face da decisão proferida pelo MM. Juízo da Vara das Execuções Penais de Vila Velha.

Sustenta que o MM. Juízo singular não procedeu a unificação de penas antes de analisar a possibilidade de concessão do indulto, violando, portanto, o teor do Decreto Presidencial nº 6.706/2008.

O caso é simples e o recurso merece acolhimento.

Digo isso porque o art. 7º do Decreto Presidencial nº 6.706/2008 é claro ao estabelecer que **“As penas correspondentes a infrações diversas devem somar-se para efeito do indulto e da comutação”**. Ou seja, antes de analisar a viabilidade da concessão do direito insculpido no art. 1º, inciso I do referido decreto, o MM. **Juízo singular deveria ter unificado todas as guias de execução existentes em desfavor do agravado (82242, 107700 e 1347791), e não só a tombada sob o número 82242.**

Pelo que consta da decisão impugnada, em contradição ao princípio da legalidade, o juízo singular, equivocadamente, condicionou a concessão do indulto ao cumprimento de requisito não contido no Decreto Presidencial nº 6.706/2008, **notadamente ao especificar que a unificação das penas deveria se verificar entre guias expedidas no ano de 2008. Ora, como ressaltado pela Procuradoria de Justiça, inexistente qualquer previsão que estabeleça a exclusão de guias expedidas em anos posteriores a 2008 (fl. 209-verso).**

Sendo assim, conheço do presente recurso e dou-lhe provimento, determinando a imediata remessa dos autos à origem para que o MM. Juízo singular proceda a unificação das guias existentes em desfavor do reeducando e, somente em seguida, analise a possibilidade de concessão do Decreto Presidencial nº 6.706/2008. É como voto.” (e-STJ, fl. 12-13.)

No caso dos autos, consta da própria inicial que "[...] as condenações que originaram as GE's 107700 e 134791, datam, respectivamente, de 24/11/2008 e 27/11/2008, e em razão da existência de sentença condenatória antes da publicação do Decreto nº 6706/2008, [...]" (e-STJ, fl. 3).

Como se vê, o Tribunal *a quo* entendeu que não havia qualquer vedação expressa no Decreto Presidencial que excluísse as guias referentes às condenações de 2008, expedidas em anos posteriores.

Dessa forma, o acórdão proferido pelo Tribunal de origem está em consonância com a jurisprudência desta Corte Superior de Justiça, que em situação análoga a dos presentes autos vem mantendo o entendimento segundo o qual "não importa, portanto, que a expedição da guia de execução tenha sido realizada em momento posterior à publicação do Decreto (...), pois o trânsito em julgado da condenação em questão ocorreu em momento anterior à publicação do decreto mencionado."

A propósito, confirmam-se os seguintes precedentes:

"AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO PENAL. INDULTO. DECRETO N.º 8.172/2013. REQUISITO OBJETIVO. CONSIDERAÇÃO DE GUIA DE EXECUÇÃO EXPEDIDA EM MOMENTO POSTERIOR AO DECRETO. POSSIBILIDADE. TRÂNSITO EM JULGADO DA CONDENAÇÃO EM DATA ANTERIOR À PREVISTA NO DECRETO PRESIDENCIAL. AGRAVO DESPROVIDO. 1. A jurisprudência dessa Corte Superior é firme no sentido de que, para análise do preenchimento do requisito objetivo para fins de concessão do benefício do indulto, devem ser consideradas todas as condenações com trânsito em julgado até a data da publicação do Decreto Presidencial, sendo indiferente o fato da juntada da guia de execução penal ter ocorrido em momento posterior à publicação do decreto.

2. Não importa, portanto, que a expedição da guia de execução tenha sido realizada em momento posterior à publicação do Decreto n.º 8.172/2013, pois o trânsito em julgado da condenação em questão ocorreu em momento anterior à publicação do decreto mencionado. 3. Agravo regimental desprovido." (AgRg no REsp 1771426/ES, rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, j. 27/11/2018, DJe 13/12/2018.)

AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO PENAL. COMUTAÇÃO DE PENA. DECRETO N. 8.380/2014. REQUISITO OBJETIVO NÃO IMPLEMENTADO. CONSIDERAÇÃO DE GUIA DE EXECUÇÃO DISTRIBUÍDA EM MOMENTO POSTERIOR AO DECRETO. POSSIBILIDADE. TRÂNSITO EM JULGADO DA CONDENAÇÃO EM MOMENTO ANTERIOR À PUBLICAÇÃO DO DECRETO PRESIDENCIAL. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. 1. Para fins de apuração do requisito objetivo à concessão de comutação da pena devem ser apuradas todas as condenações definitivas com trânsito em julgado anterior à data da publicação do decreto presidencial.

2. O fato da guia de execução penal ter sido juntada em momento posterior à publicação do Decreto 8.380/2014 não impede a consideração de referida condenação para fins de aferição do

requisito objetivo, uma vez que o seu trânsito em julgado ocorreu em momento anterior. Precedentes. 3. Segundo o disposto na Súmula 568 desta Corte, "o relator, monocraticamente e no Superior Tribunal de Justiça, poderá dar ou negar provimento ao recurso quando houver entendimento dominante acerca do tema". 4. *Agravo Regimental desprovido.*" (AgRg no REsp n. 1.630.465/MG, QUINTA TURMA, rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, DJe 23/10/2017, grifou-se.)

Diante disso, não se verifica o alegado constrangimento ilegal apto a justificar a concessão da ordem pelo Superior Tribunal de Justiça.

Ante o exposto, **não conheço** do *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

Brasília, 14 de fevereiro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS
Relator

